

Convergências e divergências do perfil do TILSP na educação básica e superior

Antonio, Luiz Cláudio de Oliveira; Kelman, Celeste Azulay; Mota, Paola Rodrigues

Convergências e divergências do perfil do TILSP na educação básica e superior

Linhas Críticas, vol. 26, e26434, 2020

Universidade de Brasília, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193567257043>

DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.23809>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.

Convergências e divergências do perfil do TILSP na educação básica e superior

Convergencias y divergencias del perfil del TILSP en la educación básica y superior

Convergences and divergences of the TILSP profile in basic and higher education

Luiz Cláudio de Oliveira Antonio

Instituto Nacional de Educação de Surdos, Brasil

lcoliveira@ines.gov.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9171-2331>

DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.23809>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193567257043>

id=193567257043

Celeste Azulay Kelman

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

celeste@kelman.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6633-8931>

Paola Rodrigues Mota

Instituto Federal do Rio de Janeiro, Brasil

aloap.olapa@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4099-5140>

Recepción: 31 Julio 2019

Aprobación: 03 Septiembre 2020

Publicación: 13 Octubre 2020

RESUMO:

A Lei 12319/2010 regulamentou a profissão de intérpretes de Libras, mas dá margem a ambigüidades. Objetivando conhecer o que pensam, esse estudo pesquisou intérpretes que atuam na Educação Básica e Superior. Utilizou como procedimento investigativo a entrevista semiestruturada. Resultados mostraram que o intérprete no ensino superior atua com pessoas com melhor e mais especializado grau de compreensão da Língua Portuguesa, em função da área de conhecimento. O papel associado de educador está mais presente na Educação Básica e menos no Ensino Superior. Conclui-se que o intérprete nunca é neutro no exercício de sua função, fazendo diferentes interpretações relativas ao seu exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Intérprete de Libras, Perfil Profissional, Ensino Superior, Educação Básica.

RESUMEN:

La Ley 12319/2010 regula la profesión del intérprete Libras, pero permite ambigüidades. Con el objetivo de saber qué piensan, este estudio investigó a los intérpretes que trabajan tanto en Educación Básica cuanto Superior. La entrevista semiestruturada se utilizó como procedimiento de investigación. Los resultados mostraron que el intérprete de educación superior trabaja con personas con un mejor y más especializado grado de comprensión de la lengua portuguesa, según el área de conocimiento. El rol asociado de educador está más presente en Educación Básica y menos en Educación Superior. Se concluye que el intérprete nunca es neutro en el ejercicio de su función, realizando diferentes interpretaciones respecto a su práctica profesional.

PALABRAS CLAVE: Intérprete de Libras, Perfil profesional, Enseñanza Superior, Educación Básica.

ABSTRACT:

Law 12319/2010 regulated the profession of Libras interpreters, but can bring some ambiguities. Aiming to know what they think, this study researched interpreters who work either in Basic or Higher Education. The semi-structured interview was used as an investigative procedure. Results showed that the interpreter in higher education works with people with a better and more specialized degree of Portuguese language understanding, depending on the knowledge area. The associated role of educator is more present in Basic Education than in Higher Education. Conclusions come to the idea that the interpreter is never neutral in his role, making different interpretations regarding his professional practice.

KEYWORDS: Interpreter of Libras, Professional Profile, Higher Education, Basic Education.

INTRODUÇÃO

Com a política de inclusão, o acesso de alunos surdos na educação, em classes regulares, vem crescendo gradativamente. Neste cenário inclusivo, o professor bilíngue, o instrutor surdo e o tradutor intérprete de Língua de Sinais/ Língua Portuguesa – TILSP aparecem como agentes inerentes / peculiares a tal proposta.

Em 2005 o Decreto 5.626, regulamentador da Lei 10.436/2002 (Brasil, 2005), através da Língua de Sinais Brasileira - Libras, preconizou às pessoas surdas o acesso à comunicação, à informação e à educação abrangendo desde a Educação Infantil até a Educação Superior. O Capítulo IV do Decreto: Do Uso e Da Difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o Acesso das Pessoas Surdas à Educação, discorre a respeito da formação docente, da garantia da Libras na escolarização dos surdos, da presença do tradutor/intérprete de Libras - Língua Portuguesa. É dentro deste último tópico que este trabalho se insere.

A atuação do profissional Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP) iniciou-se “a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laboral, na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania.” (Quadros, 2004, p. 13), propiciando-lhe caráter profissional. Este profissional deve ser ouvinte, para poder transmitir aos surdos, de forma fidedigna, as informações orais.

Nas últimas décadas da história dos surdos brasileiros, uma crescente preocupação pela qualificação e profissionalização dos intérpretes vem emergindo, em função do empoderamento social, político e identitário da comunidade surda.

É relevante e inevitável, neste panorama, a necessidade de aperfeiçoamento profissional do TILSP, uma vez que houve uma ampliação de seu campo de atuação laboral e a inserção dos sujeitos surdos nos diversos espaços sociais. Esse fenômeno desencadeou uma contribuição significativa para evidenciar as múltiplas identidades surdas, e a existência de distintas práticas multiculturais e multilíngues por estes profissionais. Ademais, mediante a busca pelo protagonismo e por garantias de valorização, uso e respeito de sua língua e cultura, indissociada do reconhecimento de sua autonomia e cidadania, surdos passaram a ingressar em cursos de Ensino Superior e Programas de Pós-Graduação contribuindo, assim, para a abertura de outros campos de atuação profissional do TILSP, como participação em bancas de defesa de teses e dissertações e grupos de pesquisa, por exemplo.

Neste sentido, a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do §3º do art. 5º da Constituição e publicada oficialmente pelo Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 (Brasil, 2009), ratificou e fortaleceu as manifestações dos surdos em busca de garantia de igualdade e acesso disposto em seu Artigo 30, onde as “pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.”

Em consonância, a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial de 10 de junho de 1994, serviu de base para tais ao dispor que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” (Brasil, 2006, p.328).

FORMAÇÃO DE TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS

A Federação Brasileira dos Profissionais Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) tem um código de conduta que considera as funções e as atitudes que o profissional deve ter no exercício de sua profissão, mantendo uma postura ética na escola ou em outros ambientes educacionais e sociais.

Para assegurar uma participação adequada dos surdos nesses diversos espaços sociais, o TILSP precisa ter uma formação que implique reflexões sobre as especificidades surdas, que envolvem a língua e a cultura surdas; os conhecimentos da área onde pretende atuar e uma atitude ética, responsável e compromissada. Uma interpretação deficiente ou insuficiente pode causar prejuízos sérios aos surdos. Muitas vezes, é necessário também se estabelecer parceria com outros intérpretes, principalmente

em momentos que envolvem tempo prolongado de atuação, como é o caso de alguns eventos (Fernandes, 2003, como citado em Dorziat & Araújo, 2012, p.394).

Na tentativa de formação para TILSP, de uma maneira geral, e não especificamente para a educação, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), na década de 90, propôs cursos de curta duração para formação, justificados pela constatação da heterogeneidade no desempenho da função. O intérprete deveria ser imparcial, não deixando que suas opções pessoais, religiosas ou de amizades interferissem no trabalho; contribuindo para o fortalecimento e reconhecimento da profissão. Para isso, além de cursos de capacitação, foram realizadas oficinas de aprimoramento e encontros para discussão de temas relacionados à área.

Do ponto de vista da Educação, no Brasil, o TILSP tem sido objeto frequente de pesquisas (Kelman & Tuxi, 2010; Lacerda, 2010; Costa, 2018). No debate sobre o processo da educação de surdos em escolas inclusivas, escolas polo, bilíngues ou não, pesquisa-se a sua formação para o exercício da tradução/interpretação em ambientes escolares. Dorziat e Araújo (2012) ressaltam a necessidade de proficiência em Língua de Sinais por parte do TILSP, bem como uma formação adequada.

Costa (2018) assinala inclusive que em determinados municípios, como Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, foi realizado concurso público para efetivar intérpretes no período 2010-2012. Ressalta-se que esses profissionais foram efetivados como funcionários da Secretaria de Educação e não sob forma de contrato. Foram denominados como **professores intérpretes**, considerando-se, portanto, uma série de atribuições em sala de aula e na escola que conferem um novo status ao intérprete educacional. Vieira (2007) chama atenção para o pequeno número de pesquisas no campo da atuação do professor intérprete e ressaltam a necessidade de direcionar pesquisas que apontem para essa atividade.

A demanda formativa para a atuação profissional na área da educação deve ser indissociável do bom andamento escolar na aprendizagem de alunos surdos (Antonio et al., 2015; Antonio & Kelman, 2019). Destarte, sabe-se que o ato interpretativo no ambiente escolar transcende o simples ato de verter códigos linguísticos, sendo um ato complexo de construção e compreensão de sentidos.

[...] O intérprete não é alguém passivo, um instrumento que verte de uma língua a outra, automaticamente, palavras. É um interlocutor ativo, que, buscando compreender os sentidos pretendidos pelo locutor, justamente por ter uma escuta plural, elege aqueles mais pertinentes e os verte para a língua-alvo. Trabalha ativamente na compreensão de sentidos em uma língua e na produção destes mesmos sentidos na outra. Justamente por isso, os conhecimentos do intérprete precisam ser amplos para que possa buscar os sentidos pretendidos por aquele que enuncia e os modos de dizer este mesmo sentido na língua que tem por tarefa alcançar (Lacerda, 2010, p.147).

O ato interpretativo no ensino fundamental pode ser executado de forma paralela, ao mesmo tempo em que o orador está falando ou divergente (Wolbers et al., 2012), quando a mensagem é recortada em trechos que são falados e interpretados na sequência, de forma alternada. Segundo a pesquisa, os autores verificaram que em 33,2% do tempo de interpretação a mesma ocorria de forma paralela e nos 66,8% restantes, a interpretação ocorria de forma divergente, sem acompanhar em tempo real a fala do professor. Isso se devia ao fato de que o intérprete pesquisado no ensino fundamental acrescentava ou descartava elementos do discurso do professor para facilitar a construção de significados pelos alunos surdos. Enfatizava aspectos interpessoais e paralinguísticos embutidos na mensagem dada pelo professor, para aumentar o poder de compreensão da mensagem interpretada. Para esses autores, o papel dos intérpretes não está ainda claramente definido. Não se sabe exatamente quais são as suas atribuições e os seus limites em sala de aula e na escola.

Essa dúvida permanece na realidade atual brasileira. Os autores Wolbers et al. (2012) mencionam que entre as atribuições do professor intérprete encontram-se as funções de monitor ou assistente educacional, professor de Libras para os alunos ouvintes da classe inclusiva, defensor das causas dos alunos surdos incluídos, e, acima de tudo, ser um membro da equipe educacional, participante das reuniões pedagógicas da escola. Expressam a necessidade de o professor intérprete desempenhar papéis adicionais, não devendo se limitar à mera interpretação.

Segundo Lacerda (2010), é fundamental que o intérprete educacional esteja inserido na equipe educacional, desde que o papel de cada profissional esteja claro e seja discutido frequentemente, pois a sala de aula é um ambiente dinâmico e é importante que as responsabilidades de cada um estejam claras. As opiniões do intérprete educacional quanto à surdez e o aluno surdo devem ser tão valorizadas quanto as de qualquer outro profissional da Educação. Devem ser levadas em consideração, já que ele conhece o aluno surdo e a Língua de Sinais, podendo colaborar para a construção de uma prática pedagógica que atenda ao aluno surdo dentro de uma perspectiva bilíngue. Para esse bom exercício, é fundamental que ele tenha conhecimento prévio do conteúdo a ser interpretado, o que implicaria em um planejamento conjunto ou mesmo no conhecimento que o professor deseja ensinar, adaptação de material, considerando-se a forma peculiar, baseada na experiência visual do surdo, como bem corrobora (Kelman, 2014, p. 322):

Deveria ser disponibilizado um tempo para que a professora regente da turma comum pudesse planejar a aula com a intérprete, dando conhecimento do conteúdo que vai ser trabalhado e quais recursos visuais poderiam ser empregados para facilitar a compreensão dos alunos surdos.

Caso se efetive uma dupla participativa, formalizada institucionalmente, como é o caso do município de Nova Iguaçu, a atuação conjunta poderia ser chamada de codocência^[1]. Experiências que expressam essa prática pedagógica vêm sendo descritas (Philippsen, 2018).

Essa discussão desemboca, entretanto, na relação entre o perfil de intérprete que se quer ter e o nível de escolarização em que ele atua. Esse fato nos impulsiona a observarmos a Educação, em caráter macro, para então consolidarmos a hipótese que, para cada momento escolar específico, a atuação do TILSP deverá obedecer às especificidades compatíveis com a faixa etária do alunado com o qual ele trabalha.

Essa consideração nos remete à polêmica que diferencia os fenômenos de qualificação e certificação. Hoje a maioria das universidades públicas já realizaram exame para professor de Libras, de forma a oferecer aos licenciandos um conteúdo curricular mínimo, supostamente para facilitar a comunicação entre esses futuros professores e seus alunos surdos em ambientes inclusivos. No entanto, para contar com a presença de intérpretes na universidade, o contrato de trabalho ocorreu baseando-se apenas na qualificação do profissional e não na sua certificação. O artigo 19 do Decreto 5.626/2005 (Brasil, 2005), visando a demanda crescente de profissionais, propôs que no intervalo de dez anos fosse oferecido pelo MEC o exame de proficiência em Libras (Prolibras), em parceria com a Universidade de Santa Catarina – UFSC. Esse exame foi oferecido em dois níveis: médio, com grau de qualificação menos exigente e superior. Ambos estavam habilitados a atuar em todos os níveis de ensino. O decreto propunha exames anuais, garantindo dez edições. Entretanto, foram oferecidos somente em sete edições, sendo o último exame ofertado em 2015. Isso deu lugar a iniciativa de algumas universidades brasileiras para a formação dos intérpretes por meio de cursos de extensão, técnicos ou bacharelado de Letras/Libras. Assim, o uso da Libras adquire um caráter profissional, que fica regulamentado pela Lei de criação da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras - TILS, Lei Federal nº 12.319/2010. Posteriormente, a profissão passa a ser chamada de TILSP – Tradutor Intérprete de Libras – Língua Portuguesa – TILSP.

Nos Estados Unidos a situação está mais regulamentada. Desde o final do século passado, elaborou-se um documento oficial, em consonância com algumas universidades, com a finalidade de definir o que seria uma interpretação educacional em nível “pós-secundário”, segundo a nomenclatura utilizada na época (Sanderson et al., 1998), podendo ser traduzido por atuação no ensino superior.

O Registro de Intérpretes para Surdos (RID em inglês) é uma organização americana existente desde 1964 que se aliou à Associação Nacional dos Surdos americanos. Juntos criaram o Código de Ética do Intérprete e o NIC, uma certificação nacional para intérpretes americanos em diferentes níveis, de forma a garantir o profissionalismo e a qualidade da interpretação. Essa certificação costuma ser acompanhada de uma prova de Avaliação de Desempenho de Interpretação Educacional (*Educational Interpreter Performance Assessment – EIPA*), uma prova nacional que envolve prova escrita e outra sinalizada. O contrato de intérpretes

educacionais nas universidades varia de um estado para outro, mas todas as universidades exigem uma nota mínima neste exame, além de um diploma superior. São várias as universidades que oferecem programas de formação de intérprete, o que está começando a ocorrer nos últimos anos no Brasil, a exemplo da Universidade Federal de São Carlos e dos programas de Letras/Libras.

Lacerda (2010) ressalta que o mais importante é focalizar na formação fundamental do TILSP, que vai além do conhecimento linguístico. Esse profissional deve ter uma formação plural e interdisciplinar. Acrescenta-se que deve ter conhecimentos de didática, caso atue como intérprete educacional.

Mas isto está ocorrendo na realidade? Os intérpretes nas universidades possuem de fato a certificação Prolibras em nível superior? São todos concursados ou apenas contratados? Existe uma clara regulamentação e cumprimento da Lei? Todos exercem as mesmas funções previstas na Lei ou há uma interpretação ambígua do que significa ser intérprete educacional nos diferentes níveis de escolarização? Este artigo tem o objetivo de investigar os diferentes perfis do intérprete de Língua de Sinais em contextos educacionais, mais especificamente no Ensino Superior, de forma a verificar sobre sua formação para o exercício da função. Também investiga quais são as concepções dos TILSP sobre as atribuições que lhe competem nos diversos níveis educacionais.

Sobre a atuação do TILSP em ambientes educacionais, Lacerda (2009) esclarece que não deve existir uma competição com o professor, mas uma colaboração para que consigam, com maior eficiência, alcançar um melhor aprendizado dos educandos surdos.

Não se trata de ocupar o lugar do professor ou de ter a tarefa de ensinar, mas sua atuação em sala de aula, envolvendo tarefas educativas certamente o levará a práticas diferenciadas, já que o objetivo nesse espaço não é apenas o de traduzir, mas também o de favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo (Lacerda, 2009, p. 33).

A colaboração é uma ação coordenada que envolve a contribuição dos dois agentes educacionais em sala de aula: o professor e o TILSP. Devem formar uma equipe em que haja uma ajuda mútua ao longo do trabalho, desde o planejamento, envolvendo a vontade de compartilhar saberes em prol de uma causa comum: o aprendizado do aluno surdo. Neste caso, a ação conjunta conduz ao aperfeiçoamento da inclusão dentro do ambiente educacional, independentemente do nível de ensino.

METODOLOGIA

Para se conhecer melhor o perfil dos intérpretes que atuam nos diferentes níveis educacionais, optamos por uma pesquisa qualitativa. A perspectiva investigativa dessa abordagem relativiza verdades e dogmas, levando em conta a pluralidade de concepções dos sujeitos a serem investigados, uma vez que não é nítida a definição de seu papel. Dessa forma, conforme Ivenicki e Canen (2016) enfatizam, a pesquisa qualitativa enriquece as possibilidades e permite o desenvolvimento de reflexões que podem gerar avanços importantes em campos distintos, como é o campo de atuação do TILSP em ambientes educacionais.

Como a definição das atribuições não está clara no texto da Lei, nem na concepção dos órgãos contratantes (Secretarias de Educação e Universidades), quisemos saber o que um grupo de TILSP pensa sobre sua área de atuação. Foram seis os participantes dessa pesquisa, escolhidos por conveniência (horário disponível e proximidade do local de trabalho). Utilizamos como estratégia investigativa o instrumento metodológico de entrevistas semiestruturadas, permitindo-nos melhor produção de conhecimentos, já que o entrevistador pode manter o foco na qualidade da interação (Madureira & Branco, 2001; Manzini, 2003). Definidas as concepções epistemológicas e metodológicas desse trabalho, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com seis profissionais que atuam em espaços educacionais inclusivos e que apresentam três perfis diferentes, conforme será visto mais adiante. A entrevista dividiu-se em duas etapas: a primeira caracterizava o perfil dos TILSP e a segunda informava a concepção subjetiva sobre o exercício da sua profissão.

Na primeira etapa, investigou-se sobre sua formação, tempo de atuação no exercício profissional, dividindo essa informação em tempo absoluto e tempo como intérprete educacional (Quadro 1). Na segunda etapa, buscamos saber qual foi a sua motivação para a escolha da profissão e quais as suas funções dentro da sala de aula e em outros espaços da escola e nas universidades, objetivando trazer para discussão o perfil profissional interligado à formação mais adequada para o exercício tradutório-interpretativo em ambiente educacional. Buscamos saber como se relaciona com os alunos ouvintes, com os alunos surdos e com o instrutor, caso houvesse; se participava do planejamento e preparação das aulas e qual percepção tinha do seu papel. Diferenciamos a atuação na Educação Básica, considerando em separado o exercício no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio.

A seguir, o Quadro 1 dispõe sobre o perfil dos TILSP entrevistados: Perfil 1 - Profissional atuante no Ensino Fundamental; Perfil 2- Profissional atuante no Ensino Médio; Perfil 3- Profissional atuante no Ensino Superior.

QUADRO 1
Características dos TILSP entrevistados

Perfil	Identificação	Tempo de TILSP	Tempo como IE	Formação
Perfil 1	TILSP 1	6 anos	6 anos	Ensino médio
	TILSP 2	Não informado	2 anos	Pedagogia (cursando)
Perfil 2	TILSP 3	10 anos	6 anos	Formação de professores
Perfil 3	TILSP 4	22 anos	8 anos	Ensino médio
	TILSP 5	14 anos	14 anos	Pedagogia e Letras/LIBRAS
	TILSP 6	10 anos	Não informado	Pedagogia e Letras/LIBRAS

Fonte: elaborado pelos autores.

Por serem TILSP atuantes em níveis distintos do processo de escolarização, partimos da hipótese que provavelmente seus perfis deveriam ser “específicos” para cada um destes níveis; justificado pelo próprio perfil do alunado, bem como pelas especificidades distintas inerentes a cada um desses níveis. Isto nos levou a refletir como, através dos resultados obtidos, poderíamos compreender melhor a atuação do tradutor/intérprete de Língua de Sinais.

RESULTADO/DISCUSSÃO

Para dispor os resultados das entrevistas, subdividimos em cinco eixos norteadores, dispostos no Quadro 2, abaixo, de forma a tornar mais claro e notável os dados levantados. São estes os eixos:

1. Por que se tornou intérprete educacional?
2. Formação do Intérprete Educacional
3. Prolibras
4. Função do Intérprete Educacional
5. Observações

As categorias Formação do Intérprete, Função do Intérprete e Observações referem-se a recortes das falas dos participantes e, por esse motivo, encontram-se em *itálico*.

QUADRO 2
Eixos norteadores da pesquisa

Eixos	Por que se tornou intérprete educacional?	Formação do intérprete educacional	Prolibras	Função do intérprete educacional	Observações
Perfil 1	TILSP 1 Demanda (procura/oferta)	Formado em alguma Licenciatura, porque facilita a prática no ambiente escolar.	Trad./ interpretação (Nível Médio)	Interpretar; ligar o conhecimento que o professor está transmitindo ao surdo.	Já tive que explicar o conteúdo, porque o professor só escrevia no quadro e passava exercícios; mas eu tenho a consciência que não é o correto; o ideal é que o próprio professor explique.
	TILSP 2 Gosto pela prática de tradutor intérprete em sala de aula	Na área da educação, pois não é um intérprete padrão: pessoa neutra, entrar e sair dali, e só intermedia os conhecimentos como uma ponte.	Trad./ interpretação (Nível Médio)	É muito além do processo de tradução, encontramos surdos sem identidade própria formada.	O intérprete educacional, além de ter formação na área educacional, precisa ter um curso de formação sobre tradutor intérprete, discutir sua postura, para normatizar.
Perfil 2	TILSP 3 Filantropia (ajudar um amigo surdo)	É muito importante ter uma formação de professor porque precisa ter um conhecimento da área.	Trad./ interpretação (Nível Médio)	Fazer o aluno surdo interagir com todos, proporcionar conhecimento de mundo; acessibilidade total.	Em muitos momentos atuamos meio como professor
Perfil 3	TILSP 4 Demanda (procura/oferta)	Na educação superior eu acho que no mínimo deveria ter o ensino superior.	Trad./ interpretação (Nível Médio)	Tradução (Port./Libras), mediação em trabalhos em grupos (no ensino superior) em avaliações (inclusive em algumas filmadas).	No ensino fundamental e médio, às vezes, temos que servir de professor/ instrutor do aluno surdo.
	TILSP 5 Demanda (procura/oferta)	Em qualquer área é preciso que se tenha uma formação adequada, e em especial na área educacional é importante que se tenha um conhecimento dentro da área da educação.	Trad./ interpretação (Nível Médio) e Ensino de Libras	Depende do nível de atuação: dupla regência nos anos iniciais, nos anos iniciais 1º ao 5º ano (co-regente). Se distanciando até à universidade, a ponto de se tomar um meio intermediador linguístico apenas.	Todavia o intérprete nunca será apenas o intermediador linguístico porque no contexto educacional tudo que está dentro da sala de aula - seja humano, seja material - envolve aspectos educacionais.
	TILSP 6 Afinidade/ prazer com a Educação	É fundamental que o intérprete tenha um conhecimento na área de atuação, não necessariamente ter formação nesta área.	Trad./ interpretação (Nível Médio e Superior) e Ensino de Libras	Ser intérprete/ mediador e não professor.	

Fonte: elaborado pelos autores.

Os entrevistados, em sua grande maioria, possuíam formação na área educacional: no Nível Médio (Formação de Professores) ou no Nível Superior (curso de Pedagogia). Com a criação de vários cursos de Letras/Libras nos últimos anos, as universidades estarão formando TILSP não apenas na área da Pedagogia, mas, acima de tudo, na área de Letras. Nestes casos, formam-se na licenciatura e no bacharelado, com

diferentes atribuições. Aulas de didática nesses cursos são dadas na licenciatura em Letras, inserindo-se na formação de docência em uma segunda língua, como costuma acontecer com o ensino de outras línguas da modalidade oral auditiva (inglês, japonês, francês, por exemplo).

Ademais, é perceptível a recorrência de ações pedagógicas em sua atuação, o que justifica que a formação dos TILSP deveria ocorrer no âmbito de uma licenciatura, pelo menos para o intérprete educacional. No entanto, os intérpretes podem atuar em outros setores, como o jurídico, da saúde, o que não foi investigado neste estudo. Recomenda-se estudos posteriores para pesquisar se é comum ou não a atuação de intérpretes nessas outras áreas, favorecendo a acessibilidade e a consequente inclusão social da pessoa surda. Pelo Código de Ética dos TILSP, é previsto que o TILSP tenha como função, também, acolher a pessoa surda. Entretanto, há contradição em alguns momentos, nos levando a crer que alguns entendem que estão isentos de qualquer responsabilidade ou obrigação que transcenda o ato interpretativo.

Nota-se que em vários momentos os TILSP expressam a relevância de haver uma formação voltada para a área educacional, pois atuar como intérprete em sala de aula implica não somente uma transposição linguística, mas requer um conhecimento aprofundado de didática e, acima de tudo, de produção de sentidos. É preciso saber os conteúdos abordados e como abordá-los no momento da interpretação para que o aluno compreenda de melhor forma o que está sendo passado, possibilitando assim a apropriação dos conteúdos acadêmicos.

Entendemos que o intérprete educacional atua em um contexto intrinsecamente diferenciado, necessitando de uma formação mais específica. A simples presença deste em sala de aula não garante, do ponto de vista metodológico e socioeducacional, a adequação necessária para o sucesso escolar dos estudantes surdos (Antonio et al., 2015).

Segundo Lacerda (2010), o intérprete não pode ser tido como alguém indiferente ou um simples instrumento que traduz automaticamente palavras. Por ser um interlocutor ativo, e por ter uma percepção diversificada, eleger aqueles momentos mais relevantes e os verte para a língua-alvo, na intenção de assimilar a essência do que o locutor está expressando. Assim, o TILSP trabalha ativamente na compreensão de sentidos em uma língua e na produção destes mesmos sentidos na outra. Cabe ressaltar que embora a formação específica seja essencial, é necessário que os conhecimentos do intérprete sejam amplos para que se possa atingir os sentidos/significados pretendidos da língua fonte para a língua alvo. A competência referencial deve ser uma das características presente na prática do TILSP (Aubert, 1994).

Embora seja perceptível, na fala dos TILSP, a necessidade de formação voltada para a área educacional, é imprescindível que o estudante de graduação, universitário surdo, tenha autonomia para compreensão dos significados trazidos no texto acadêmico. Desse modo, sua atuação preconiza o perfil mediador da comunicação, segundo a fala de TILSP 5:

Então, as atuações elas são diferenciadas, nível fundamental I, nível fundamental II, nível médio e nível superior. Em geral pensa-se da seguinte forma: o intérprete atuaria como se fosse uma dupla regência nos anos iniciais, nos anos iniciais 1º ao 5º ano, mas pra isso ele tem que ter uma formação de professor também, então não seria intérprete, seria um professor bilíngue - co-regente -, e depois disso ele atuaria tendo os conhecimentos pedagógicos, aplicando-os, mas, ao elevar o nível de formação desses, dos surdos, o nível de distanciamento do intérprete também ocorre até que ele chegue numa universidade com um distanciamento a ponto que ele vai se tornar um meio intermediador linguístico apenas. Mas na verdade isso não acontece, o intérprete nunca vai conseguir ser apenas o intermediador linguístico porque é um contexto educacional, então se a gente trabalha com educação tudo que está dentro da sala de aula, seja humano, seja material envolve aspectos educacionais e o intérprete educacional não consegue ser neutro nesse sentido, seria ingenuidade achar que o intérprete se distancia a ponto de ser neutro e não tem interferência nenhuma no processo de educação.

A questão da neutralidade na interpretação de Língua de Sinais no ambiente escolar não ocorre da mesma maneira como acontece em outros espaços. Nem mesmo como costuma acontecer na tradução entre duas línguas orais pois, no espaço escolar, aluno surdo e intérprete têm a possibilidade de trocar informações, permitindo que esse TILSP perceba a dificuldade do aluno, interagindo em tempo real, durante o ato interpretativo. Dessa forma, o TILSP pode utilizar outras estratégias de tradução, optar por outras escolhas

lexicais em alguns momentos de acordo com o retorno e compreensão do público. A interlocução se dá em tempo real, ao contrário de em outras atribuições de um intérprete quando, por exemplo, interpreta um discurso oficial ou uma palestra para um plenário onde se encontram surdos participantes.

Assim o trabalho do IE vai além de fazer escolhas ativas sobre o que se deve traduzir, envolvendo também modos de tornar conteúdos acessíveis para o aluno, ainda que implique solicitar ao professor que reformule sua aula, pois uma tradução correta do ponto de vista linguístico nem sempre é a melhor opção educacional para o conhecimento. (Lacerda, 2009, p.35).

Como citado por alguns entrevistados, essa neutralidade e imparcialidade não se aplicam dentro de sala de aula, pois há uma relação direta entre as partes. Como o retorno da tradução acontece instantaneamente, ou de forma paralela, no dizer de Wolbers et al. (2012), a tradução em sala adquire características diferentes, pois o TILSP se torna também responsável pelo aluno surdo e pelo que ele consegue compreender dentro desse espaço. No entanto, é fundamental desenvolver a consciência nos professores regentes que não devem tornar o aluno surdo incluído invisível na sala de aula, transferindo a responsabilidade de sua educação para o intérprete.

Lacerda (2009) corrobora essa percepção, ressaltando que a responsabilidade pela educação do aluno surdo não pode e não deve recair somente no intérprete, visto que seu papel principal é interpretar.

Em suma, há muito que se discutir a respeito deste campo. Conclui-se, porém que, embora o Ensino Superior pressuponha maior autonomia do estudante surdo, o TILSP não pode assumir um papel totalmente neutro durante o exercício da sua função pois, se assim o fizer, certamente ocorrerão entraves, prejudicando a aprendizagem acadêmica. Também Albres (2015, p. 54) pensa assim, quando enfatiza:

Discursivamente, em alguns documentos do MEC, o intérprete educacional deve ser neutro e imparcial e somente “comunicar” (interpretar) ou “unicamente mediar”. Como se a sua atividade com a linguagem não fosse conduzida por seus princípios e envolvida de sua subjetividade, distanciando-o da função de educador.

A participação plena de estudantes surdos na universidade não deveria se restringir às oportunidades que ocorrem na sala de aula. Atividades extracurriculares, para se tornarem acessíveis, também dependeriam de um acompanhamento de intérprete, da mesma forma que ocorre ou deveria ocorrer na Educação Básica. Para isso, seria necessário que as universidades públicas tivessem um serviço de acompanhamento ao estudante surdo, de forma que, sempre que necessário, ele demandasse um intérprete, como, por exemplo, assistir a um debate do centro acadêmico ou um debate sobre um filme exibido. Assim, haveria mais uma convergência quanto à acessibilidade do estudante surdo nos diferentes níveis de escolarização, dentro e fora da sala de aula, em atividades curriculares e extracurriculares. Seria sonhar muito alto?

No entanto, como mencionado, a atuação de intérpretes não se limita a área educacional. Sua atuação pode abranger outros setores, como o jurídico ou da saúde, o que não foi investigado neste estudo por fugir da temática abordada. Com a formação gradativamente maior de universitários surdos no ensino superior, diversos pesquisadores surdos estão estudando e criando os chamados sinais termos, sinais específicos das diferentes áreas de conhecimento como gastronomia, ensino de diferentes modalidades de natação ou botânica, por exemplo. Dessa forma, o léxico da língua de sinais vem se enriquecendo e o intérprete deve estar sempre se atualizando, aprendendo com os sujeitos surdos. Um exemplo claro e atual disso é o fenômeno global que estamos vivendo, onde sinais de palavras como pandemia, coronavírus e outros relacionados foram criados. Assim, o intérprete contribuirá socialmente, extrapolando a área educacional. Recomenda-se estudos posteriores para pesquisar a participação de intérpretes em áreas que não a educacional, favorecendo a acessibilidade e a consequente inclusão social da pessoa surda.

REFERÊNCIAS

Albres, N. A. (2015). *Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva*. Harmonia.

- Antonio, L. C. O., & Kelman, C. A. (2019). Percepções sobre ensino de libras no currículo de formação docente em licenciaturas fluminenses. *Perspectivas em diálogo: revista de educação e sociedade*, 6, 94-110. <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/8182>
- Antonio, L. C. O., Mota, P. R., & Kelman, C. A. (2015). A Formação do intérprete educacional e sua atuação em sala de aula. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 10, 1032-1051. <https://doi.org/10.21723/riace.v10i3.8105>
- Aubert, F. H. (1994). *As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor*. Unicamp.
- Brasil. (2005). *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
- Brasil. (2006). *Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais*. 2ª. ed. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- Brasil. (2009). *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
- Costa, R. S. (2018). O professor intérprete de Libras: cargo pioneiro em escolas do Rio de Janeiro. In C. A. Kelman, T. F. Oliveira, & S. D'A. Almeida (Orgs.), *Surdez: Comunicação, Educação e Inclusão*. (pp. 241-256). CRV.
- Dorziat, A., & Araújo, J. R. (2012). O Intérprete de Língua de Sinais no Contexto da Educação Inclusiva: o Pronunciado e o Executado. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 18(3), 391-410. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000300004>
- Ivenicki, A., & Canen, A. (2016). *Metodologia da pesquisa: rompendo fronteiras curriculares*. Editora Ciência Moderna.
- Kelman, C. A. (2008). O intérprete educacional: Quem é? O que faz? In M. A. Almeida, E. G. Mendes, & M. C. P. I. Hayashi. (Org.), *Temas em Educação Especial: múltiplos olhares*. (1ªed., pp. 71-79). Junqueira & Marin Editores.
- Kelman, C. A. (2014). Narrativas de profissionais que lidam com crianças surdas na inclusão escolar. *Linhas Críticas*, 20(42), 307-324. <https://doi.org/10.26512/lc.v20i42.4302>
- Kelman, C. A., & Tuxi, P. (2010). Intérprete Educacional ou Professor? A atuação profissional do Intérprete da Língua de Sinais no Ensino de Ciências. In P. S. B. A. Salles, & R. Gauche (Orgs.), *Educação científica, inclusão social e acessibilidade*. (pp. 79-104). Cànone Editorial.
- Lacerda, C. B. F. (2009). *Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Mediação.
- Lacerda, C. B. F. (2010). Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. *Cadernos de Educação*, 36, 133-153. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/download/1604/1487>
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia da SBP*, 9(1), 63-75. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2001000100007&script=sci_abstract
- Manzini, E. J. (2003). Considerações sobre a elaboração de roteiro para uma entrevista semi-estruturada. In M. C. Marquezine, M. A. Almeida, & S. Omote (Orgs.), *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. (pp. 11-25). Eduel.
- Philippsen, E. A. (2018). *Formação inicial de professores de química em uma perspectiva de atuação profissional como tradutor e intérprete de Língua de Sinais – um estudo sobre a codocência*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34789>
- Quadros, R. M. (2004). *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. 2ª. ed. MEC - Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
- Sanderson, G., Siple, L., & Lyons, B. (1998). *Interpreting for post-secondary deaf students*. Documento elaborado pela Divisão de Pesquisas e Práticas, pela Secretaria de Programas de Educação Especial dos Estados Unidos e pelo Departamento de Educação do Instituto de Tecnologia de Rochester.

- Vieira, M. E. M. (2007). *A auto-representação e atuação dos “professores intérpretes” de língua de sinais: Afinal... professor ou intérprete?* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90405>
- Wolbers, K. A., Dimling, L. M., Lawson, H. R., & Golos, D. B. (2012). Parallel and divergent interpreting in an elementary school classroom. *American Annals of the Deaf*, 157(1), 48-65. <https://experts.umn.edu/en/publications/parallel-and-divergent-interpreting-in-an-elementary-school-class>

NOTAS

- [1] “Codocência diz respeito a um trabalho compartilhado, de planejamento mútuo, integrado” (Kelman, 2008, p.73).

ENLACE ALTERNATIVO

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/23809> (pdf)